

Termo de Referência 88/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
88/2023	130005-COORD.-GERAL DE EXECUCAO ORç.E FIN./DA/MAPA	RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL	29/11/2023 10:22 (v 14.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		21000.051019/2023-99

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de bens permanentes (**mesas, armários, bebedouros, frag. de papel, eletrodomésticos, utensílios de cozinha, e material de escritório**) a fim de atendimento de demandas oriundas de 03 Ministérios, motivadas pela reestruturação da organização básica do Poder Executivo Federal (MPV nº 1.154/2023) e o estabelecimento das estruturas regimentais dos Ministérios da Agricultura e Pecuária - MAPA (Decreto nº 11.332/2023), Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (Decreto nº 11.338/2023, revogado pelo Decreto nº 11.396/2023) e Pesca e Aquicultura - MPA (Decreto nº 11.352/2023), em razão tanto do compartilhamento das atividades de administração patrimonial, logística e contratos, quanto pela da necessidade de adequação dos espaços físicos ocupados pelos referidos Ministérios, as quais estão à cargo deste MAPA, enquanto Ministério provedor do arranjo colaborativo estabelecido através da Portaria MGI nº 43/2023., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	Grupo 1 - Mobiliário Corporativo	CATMAT	Qtd.	Valor Unitário Estimado	Custo Estimado Total
1	MESA NATUREZA ESPECIAL EM "L" 2400mm x 1000mm x 2800mm x 550mm. Garantia mínima: 5 anos.	293519	67	R\$ 5.392,31	R\$ 361.284,77
2	MESA DIRETOR 2000mm x 1000mm x 2000mm x 550mm. Garantia mínima: 5 anos.	293519	115	R\$ 5.136,14	R\$ 590.656,10
3	MESA EM "L" 1600mm X 1800mm X 740mm. Garantia mínima: 5 anos.	293519	150	R\$ 1.559,31	R\$ 233.896,50
4	MESA RETA EXECUTIVA 1200mm x 700mm x 740mm. Garantia mínima: 5 anos.	468425	101	R\$ 776,61	R\$ 78.437,61
5	MESA EM "L" MEDINDO: 1400mm x 1400mm x 600mm. Garantia mínima: 5 anos.	476424	920	R\$ 1.193,25	R\$ 1.097.790,00
6	MESA EM "L" MEDINDO: 1400mm x 1600mm x 600mm. Garantia mínima: 5 anos.	476425	381	R\$ 1.335,03	R\$ 508.646,43
7	MESA REBATÍVEL MEDINDO: 1200mm x 600mm x 720mm. Garantia mínima: 5 anos.	479467	105	R\$ 1.111,41	R\$ 116.698,05
	ARMÁRIO BAIXO MEDINDO: Altura:				

8	800mm; Largura: 500mm; Profundidade: 730mm. Garantia mínima: 5 anos.	458657	355	R\$ 689,09	R\$ 244.626,95
9	ARMÁRIO MÉDIO MEDINDO: Altura: 1600mm; Largura: 800mm; Profundidade: 500mm. Garantia mínima: 5 anos.	444517	218	R\$ 1.315,25	R\$ 286.724,50
10	MESA DE REUNIÃO REDONDA DE 4 LUGARES 1200mm de DIÂMETRO. Garantia mínima: 5 anos.	611831	205	R\$ 980,44	R\$ 200.990,20
11	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR DE 8 LUGARES 2400mm x 1000mm x 730mm. Garantia mínima: 5 anos.	445766	54	R\$ 2.429,53	R\$ 131.194,62
12	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COMPONENTE DE 12 LUGARES 3200mm x 1300mm. Garantia mínima: 5 anos.	437124	45	R\$ 2.932,59	R\$ 131.966,55
13	MESA FORMATO EM "U" (9 módulos medindo: 1400mm x 700mm) ou SEMIOVAL 280 x 560 cm. Garantia mínima: 5 anos.	346525	12	R\$ 3.877,20	R\$ 46.526,40
14	APARADOR TIPO BALCÃO 1400mm x 500mm x 740mm. Garantia mínima: 5 anos.	476894	86	R\$ 1.436,49	R\$ 123.538,14
15	GAVETEIRO VOLANTE 400mm x 500mm x 630mm. Garantia mínima: 5 anos.	480065	1451	R\$ 706,67	R\$ 1.025.378,17
TOTAL ESTIMADO DO GRUPO					R\$ 5.178.354,47

ITEM	Grupo 2 - Bebedouros	CATMAT	Qtd.	Valor Unitário Estimado	Custo Estimado Total
16	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA 25 a 30 L. Garantia mínima: 1 ano.	610437	33	R\$ 2.143,00	R\$ 70.719,00
17	BEBEDOURO TIPO COLUNA PARA GARRAFA DE 20 L. Garantia mínima: 1 ano.	402920	84	R\$ 817,31	R\$ 68.654,04
TOTAL ESTIMADO DO GRUPO					R\$ 139.373,04

ITEM	ITEM 18	CATMAT	Qtd. EPPs e MEIs 25%	Valor Unitário Estimado	Custo Estimado Total
18	GUARDA VOLUME EM AÇO DE 20 PORTAS. Garantia mínima: 1 ano.	392974	16	R\$ 2.629,84	R\$ 42.077,44
TOTAL ESTIMADO DO ITEM					R\$ 42.077,44

ITEM	Grupo 3 - Fragmentadora	CATMAT	Qtd.	Valor Unitário Estimado	Custo Estimado Total
19	FRAGMENTADORA DE PAPEIS DE GRANDE PORTE; CAPACIDADE MÍNIMA: 300 FOLHAS AUTOMÁTICAMENTE E FUNCIONAMENTO CONTÍNUO. Garantia mínima: 1 ano.	601723	15	R\$ 11.828,61	R\$ 177.429,15
20	FRAGMENTADORA DE PAPEL CAPACIDADE MÍNIMA: 14 FOLHAS; CAPACIDADE DO CESTO 22 LITROS OU SUPERIOR. Garantia mínima: 1 ano.	486823	10	R\$ 3.600,96	R\$ 36.009,60

TOTAL ESTIMADO DO GRUPO	R\$ 213.438,75
--------------------------------	-----------------------

ITEM	Grupo 4 - Eletroeletrônicos	CATMAT	Qtd.	Valor Unitário Estimado	Custo Estimado Total
21	DEPURADOR DE AR 60CM 4 BOCAS SLIM – 3 VELOCIDADES. Garantia mínima: 1 ano.	215609	5	R\$ 705,27	R\$ 3.526,35
22	MICRO-ONDAS CAPACIDADE MÍNIMA: 35 L BRANCO COR BRANCA. Garantia mínima: 1 ano.	479243	98	R\$ 898,45	R\$ 88.048,10
23	GELADEIRA FROST FREE DUPLEX; CAPACIDADE MÍNIMA: 340 L BRANCO 220V. Garantia mínima: 1 ano.	478514	44	R\$ 3.573,96	R\$ 157.254,24
24	FRIGOBAR CAPACIDADE MÍNIMA: 124 Garantia mínima: 1 ano.	434464	75	R\$ 1.527,75	R\$ 114.581,25
25	UMIDIFICADOR DE AR Garantia mínima: 1 ano.	405917	50	R\$ 177,93	R\$ 8.896,50
TOTAL ESTIMADO DO GRUPO					R\$ 372.306,44

ITEM	ITEM - 26	CATMAT	Qtd. EPPs e MEIs 25%	Valor Unitário Estimado	Custo Estimado Total
26	QUADRO BRANCO TIPO LOUSA - MEDINDO: 180cm x 120cm. Garantia mínima: 1 ano.	399912	20	R\$ 936,07	R\$ 18.721,40
TOTAL ESTIMADO DO ITEM					R\$ 18.721,40

ESTIMATIVA TOTAL	R\$ 5.964.272,06 (cinco milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e seis centavos)
-------------------------	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A presente contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, nos moldes da Seção V - Do Registro de Preços - da Lei nº 14.133, de 2021, com entrega de acordo com a solicitação deste MAPA conforme adequação de espaços e dos layouts de acomodação a serem disponibilizados aos órgãos internos e assessorados, atendendo assim ao que prevê os incisos I, II, III e V do artigo 3º do Decreto 11.642, de 21 de março de 2023, não se tratando de entrega única.

1.7. A intentada Ata SRP terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, observando o art. 84 da NLLC.

1.8. Só será admitida a oferta do produto elétricos que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) "A" ou superior, nos termos da Portaria INMETRO nº 20, de 01 de fevereiro de 2006, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

1.9. Para os itens acima relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA Nº 13 DE 23/08/2021, que revogou a IN nº 06 de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00396895000125-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 14; 18; 22.

IV) Classe/Grupo: 7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO; 7310 - EQUIPAMENTOS PARA COZINHAR, ASSAR E SERVIR ALIMENTOS; 7195 - MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS

V) Identificador da Futura Contratação: 130005-133/2023; 130005-255/2023; 130005-237/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Registram-se as demais informações acerca do objeto e seus requisitos técnicos no documento Anexo Especificações, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA vencedora do Grupo 1 - Mobiliário Corporativo - deverá se ater as recomendações das Normas definidas pela ABNT 14.020 e FSC, GARANTINDO a procedência da madeira, destinação de resíduos e principalmente rastreamento de matéria prima (madeira) e insumos aplicados nos componentes dos mobiliários.

4.1.2. Insta pontuar, que as aquisições de eletroeletrônicos aqui planejadas, visam também a substituição de equipamentos antigos, cujos substitutos deverão ser nível energético **"A" na escala Procel (INMETRO)**, bem como, nos eletroeletrônicos que necessitarem de utilização de gás refrigerante, que este seja do tipo ecológico r-410a, atóxico, não inflamável e não agressivo à camada de ozônio para os itens dos grupos 2 e 4.

4.2 Quando requisitada, deverá fornecer Certificação de Prática de Sustentabilidade (Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP), ademais, os

eventuais fornecedores obrigam-se a cumprir, no que couber à execução contratual, todas as disposições contidas na IN SLTI /MPOG nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, e no Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

4.3. Os fabricantes dos produtos referente aos itens **16, 17, 23 e 24**, devem estar em concordância com as Portarias INMETRO nºs 20 e 102, de 01/02/2006 e 22/03/2022, respectivamente, no que diz respeito a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, demonstrando o nível "A" ou superior a "A" de eficiência energética, bem como atendendo aos regulamentos técnicos dos equipamentos para consumo de água, e que possuam recipientes ou sistema de produção de gelo.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.4. Na presente contratação não serão indicadas marcas específicas, mesmo tendo como objetivo a padronização dos itens a serem adquiridos, desde que os itens atendam as especificações sugeridas no ETP e TR.

Da exigência de amostra

4.5. Não será exigida a apresentação de amostras, entretanto, determina-se a apresentação de folder, prospecto, encartes ou documento similar juntamente à proposta, desde que contemple as especificações e imagens reais do (s) produto (s) do grupo licitado, com intuito atestar a qualidade e relacionar as respectivas especificações técnicas descritas neste TR.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.8.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 20 dias após a assinatura do contrato respectivo.

4.8.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.10. Necessidade de atestado de capacidade técnica em relação ao atendimento, instalação, quando necessário, com demonstração de 25% da quantidade especificada em cada grupo, bem como garantia estabelecida para cada grupo no anexo deste TR.

4.11. Atentar-se ainda ao determinado complementarmente no Estudo Técnico Preliminar-ETP nº 86/2023, anexo a este TR.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) solicitação e envio do empenho à Contratada, em remessa única OU remessas parceladas, cujas parcelas não deverão ser inferiores a 10% do total do item contratado, desde que valor inferior seja aceito pela CONTRATADA, a depender da solicitação da administração e mediante aceite da Contratada.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco D, acesso pela Garagem, via S2. Entre as 08 e 12h:00 ou 14 às 18hs. Em dias úteis.

Quaisquer informações entrar em contato com Renan Leal no telefone (61) 3218-2617/3676.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal (3 meses), é de, no mínimo, 9 (nove) meses (perfazendo assim o total de 12 meses), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto..

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

Do reajuste

6.12 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.13 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.14 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.15 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.16 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.17 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.18 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.19 O reajuste será realizado por apostilamento.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 20 (vinte) dias úteis.

7.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.22.1. As cessões de crédito não fiduciárias será imediatamente recusada pelo contratante, sem necessidade de justificativa da parte.

7.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço para o grupo ou item quando singular.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% do valor total estimado do grupo contratação ou item singular.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. Fornecimento de ao menos 25% (vinte e cinco) do quantitativo total do Grupo relacionado ou do item singular.

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

- 8.27.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.964.272,06

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.982.993,53, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	Grupo 1 - MOBILIÁRIO CORPORATIVO	QTD	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO (R\$)	ESTIMATIVA PREÇO TOTAL (R\$)
1	MESA NATUREZA ESPECIAL EM "L" 2400mm x 1000mm x 2600mm x 550mm	67	R\$ 5.392,31	R\$ 361.284,77
2	MESA DIRETOR EM "L" MEDINDO: 2000mm x 1000mm x 2000mm x 550mm	115	R\$ 5.136,14	R\$ 590.656,10
3	MESA EM "L", MEDINDO : 1600mm x 1800mm x 740mm	150	R\$ 1.559,31	R\$ 233.896,50
4	MESA RETA EXECUTIVA MEDINDO:1200mm x 1200mm x 740mm	101	R\$ 776,61	R\$ 78.437,61
5	MESA EM "L" MEDINDO: 1400mm x 1400mm x 600mm	920	R\$ 1.193,25	R\$ 1.097.790,00
6	MESA EM "L" MEDINDO: 1400mm x 1600mm x 600mm	381	R\$1.335,25	R\$ 508.646,43
7	MESA REBATÍVEL MEDINDO: 1200mm x 600mm x 720mm	105	R\$ 1.111,41	R\$ 116.698,05
8	ARMÁRIO BAIXO MEDINDO: Altura: 800mm; Largura: 500mm; Profundidade: 730mm	355	R\$ 698,09	R\$ 244.626,95
9	ARMÁRIO MÉDIO MEDINDO: Altura: 1600mm; Largura: 800mm; Profundidade: 500mm	218	R\$ 1.315,25	R\$ 286.724,50
10	MESA DE REUNIÃO REDONDA DE 4 LUGARES 1200mm de DIÂMETRO	205	R\$ 980,44	R\$ 200.990,20
11	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR DE 8 LUGARES 2400mm x 1000mm x 730mm	54	R\$ 2.429,53	R\$ 131.194,62
12	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COMPONÍVEL DE 12 LUGARES 3200mm x 1300mm	45	R\$ 2.932,59	R\$ 131.966,55
13	MESA FORMATO EM "U" (9 módulos medindo: 1400mm x 700mm) ou SEMIOVAL 280 x 560 cm	12	R\$ 3.877,20	R\$ 46.526,40
14	APARADOR TIPO BALCÃO 1400mm x 500mm x 740mm	86	R\$ 1.436,49	R\$ 123.538,14
15	GAVETEIRO VOLANTE 400mm x 500mm x 630mm	1451	R\$ 706,67	R\$ 1.025.378,17
Total Grupo 1				R\$ 5.178.354,99

ITEM	Grupo 2 - BEBEDOURO	QTD	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO	ESTIMATIVA PREÇO TOTAL
------	---------------------	-----	------------------------------	---------------------------

			(R\$)	(R\$)
16	BEBEDOURO INDUSTRIAL TIPO COLUNA 25 A 30	33	R\$ 2.143,00	R\$ 70.719,00
17	BEBEDOURO TIPO COLUNA PARA GARRAÇÃO DE 20 L	84	R\$ 817,31	R\$ 68.654,04
Total Grupo 2				R\$ 139.373,04

ITEM	Item 18 - GUARDA-VOLUME	QTD	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO (R\$)	ESTIMATIVA PREÇO TOTAL (R\$)
18	GUARDA VOLUME EM AÇO DE 10 A 14 PORTAS	16	R\$ 2.629,84	R\$ 42.077,44
Total Item 18				R\$ 42.077,44

ITEM	Grupo 3 - FRAGMENTADORA DE PAPEL	QTD	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO (R\$)	ESTIMATIVA PREÇO TOTAL (R\$)
19	FRAGMENTADORA DE PAPEIS DE GRANDE PORTE; CAPACIDADE MÍNIMA: 100 FOLHAS AUTOMATICAMENTE E FUNCIONAMENTO CONTÍNUO.	15	R\$ 11.828,61	R\$ 177.429,15
20	FRAGMENTADORA DE PAPEL CAPACIDADE MÍNIMA: 14 FOLHAS; CAPACIDADE DO CESTO 22 LITROS OU SUPERIOR.	10	R\$ 3.600,96	R\$ 36.009,60
Total Grupo 3				R\$ 213.438,75

ITEM	Grupo 4 - ELETROELETRÔNICOS	QTD	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO (R\$)	ESTIMATIVA PREÇO TOTAL (R\$)
21	DEPURADOR DE AR 60CM 4 BOCAS SLIM – 3 VELOCIDADES	5	R\$ 705,27	R\$ 3.526,35
22	MICRO-ONDAS, CAPACIDADE MÍNIMA: 35 L BRANCO COR BRANCA	98	R\$ 898,45	R\$ 88.048,10
23	GELADEIRA FROST FREE DUPLEX CAPACIDADE MÍNIMA: 340 L BRANCO 220V	44	R\$ 3.573,96	R\$ 157.254,24
24	FRIGOBAR TIPO VERTICAL, CAPACIDADE MÍNIMA: 124 L COM GRADE E GAVETÃO; COR BRANCO	75	R\$ 1.527,75	R\$ 114.581,25
25	UMIDIFICADOR DE AR, CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO DE 4 LITROS	50	R\$ 177,93	R\$ 8.896,50

Total Grupo 4	R\$ 372.306,44
---------------	----------------

ITEM	Item 26 - GUARDA-VOLUME	QTD	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO (R\$)	ESTIMATIVA PREÇO TOTAL (R\$)
26	QUADRO BRANCO, TIPO LOUSA - Medindo: 1,80 x 1,20mm	20	R\$ 936,07	R\$ 18.721,40
Total Item 26				R\$ 18.721,40

Estimativa Total	R\$ 5.964.272,06 (cinco milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e seis centavos)
------------------	---

9.2 Registra-se que o valor orçado previsto para cada Grupo e item singular, foi definido como o preço máximo a ser praticado na licitação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11. Cota de 25% para MEs e EPPs

11.1 Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, **exclusividade dos objetos** para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Sendo assim, **destina-se a totalidade dos itens 18 e 26** à concorrência de microempresa e empresas de pequeno porte.

11.2 Em que pese a Lei Complementar 123/2006 tenha conferido tratamento diferenciado para as ME's e EPP's, prevendo 25% na participação em licitações de itens de natureza divisível, entendemos que a fim de se evitar quaisquer intercorrências na consecução do certame, deva se recorrer ao disposto no Inciso III do art. 49 da LC 123/2006, assim como ao Inciso II do Art. 10 do Decreto 8.538/2015, senão vejamos:

Art. 10 - Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

(...)

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

11.3 Portanto, considerando a intenção da padronização dos itens da presente aquisição, o valor dos **grupos 1, 2, 3 e 4** ultrapassarem o valor estimado para a exclusividade de microempresa e empresa de pequeno porte, bem como evitar o fracionamento de contratos dentro dos grupos ofertados, reservam-se apenas os **itens 18 e 26** para atendimento às legislações pertinentes relativa a preferência de micro e pequenas empresas.

ITEM	Item 18- guarda-volume	CATMAT	Qtd. EPPs e MEIs	Valor Unitário Estimado	Custo Estimado Total
18	GUARDA VOLUME EM AÇO DE 20 PORTAS. Garantia mínima: 1 ano .	601723	16	R\$ 2.629,84	R\$ 42.077,42
TOTAL ESTIMADO DO GRUPO					R\$ 42.077,42

ITEM	Item 26 - Quadro Magnético	CATMAT	Qtd. EPPs e MEI	Valor Unitário Estimado	Custo Estimado Total
25	QUADRO BRANCO TIPO LOUSA: 180cm x 120cm. Garantia mínima: 1 ano .	471983	20	R\$ 936,07	R\$ 18.721,47
TOTAL ESTIMADO DO GRUPO					R\$ 18.721,47

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria CGAQ nº 58 - Publicação de equipe de planejamento. (SEI nº 29938220)

RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/11/2023 às 19:00:02.

Despacho: Portaria CGAQ nº 58 - Publicação de equipe de planejamento. (SEI nº 29938220)

FABIO AKIRA ITO

Agente de contratação

Despacho: Portaria CGAQ nº 58 - Publicação de equipe de planejamento. (SEI nº 29938220)

GILDO MOURA DE CARVALHO

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP 86-2023.pdf (180.57 KB)
- Anexo II - Anexo II Especificação dos bens a serem adquiridos 2023 (word) (1).pdf (826.17 KB)